

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL – 1ª REGIÃO

**X CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE JUIZ FEDERAL
SUBSTITUTO**

PRIMEIRA PROVA ESCRITA

MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA

1. Em matéria de interpretação da lei penal, julgue as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

I – a interpretação analógica é permitida quando, num dispositivo penal, um preceito casuístico é seguido de uma fórmula genérica, que somente alcança os casos análogos aos referidos no preceito casuístico.

II – quando a vontade de lei cogita de contemplar o caso examinado, mas o seu texto diz menos do que pretendia (*lex minus dixit quam voluit*), tem lugar a interpretação extensiva.

III – as expressões integração analógica, interpretação analógica e suplemento analógico têm o mesmo significado jurídico.

IV – a interpretação analógica e a extensiva têm em comum o fato de que, em ambas, a vontade da lei autoriza a sua extensão a casos análogos.

- a) todas as opções estão incorretas.
- b) somente a III opção está incorreta.
- c) somente a III e IV opções estão corretas.
- d) todas as opções estão corretas.

2. Quando se diz que “Crime é uma conduta (ação ou omissão) contrária ao Direito, a que a lei atribui uma pena.” (Manoel Pedro Pimentel):

I – temos um conceito de material de crime.

II – temos um conceito material e formal de crime.

III – temos um conceito analítico de crime.

IV – temos um conceito formal e sintomático de crime.

- a) somente a IV opção está correta.
- b) somente a I e III opções estão incorretas.
- c) todas as opções estão corretas.
- d) nenhuma das opções está correta.

3. Para ser considerada para fins de reincidência, a sentença estrangeira, transitada em julgado, que tenha condenado o agente por crime anterior:

I – deve, previamente, ser homologada pelo Supremo Tribunal Federal.

II – deve ser previamente homologada pelo Supremo Tribunal Federal, mediante requisição do Ministério da Justiça.

III – prescinde de homologação, desde que a condenação tenha sido cumprida (reincidência real).

IV – prescinde de homologação, sendo considerada como fato jurídico, desde que haja prova documental idônea.

a) somente a III e a IV opções estão corretas.

b) todas as opções estão incorretas.

c) somente a IV opção está correta.

d) somente a I e a III opções estão corretas.

4. No cálculo da pena, se concorrerem duas causas de aumento, uma prevista na parte geral e outra na parte especial do Código Penal:

I – pode o juiz limitar-se a um só aumento, desde que opte pelo mais gravoso.

II – deve o juiz aplicar as duas causas de aumento, ambas incidindo sobre a pena-base.

III – deve o juiz aplicar as duas causas de aumento, a segunda incidindo sobre o quantum resultante da primeira.

IV – pode o juiz limitar-se a um só aumento, desde que opte pelo menos gravoso ao agente.

a) todas as opções estão corretas.

b) somente a III opção está correta.

c) somente a II e a IV opções estão corretas.

d) somente a II opção está correta.

5. A pena restritiva de direitos converte-se em pena privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta:

I – com a dedução do tempo cumprido da pena restritiva de direitos, respeitado o saldo mínimo de trinta dias de detenção ou reclusão.

II – com a dedução de dois terços do tempo já cumprido da pena restritiva de direitos.

III – na exata quantidade da pena de prisão imposta na sentença condenatória, sem nenhuma dedução, tendo em vista que o agente não se revelou merecedor da franquia.

IV – com a dedução do tempo cumprido da pena restritiva de direitos, respeitado o saldo mínimo de trinta dias de detenção ou reclusão, desde que esse tempo (trinta dias) não seja superior ao saldo da pena restritiva de direitos.

a) somente a opção I está correta.

b) todas as opções estão incorretas.

c) somente a IV opção está correta.

d) somente a III opção está correta.

6. O crime de quadrilha para o tráfico ilícito de entorpecentes (Lei nº 6.368/76 – art. 14):

I – não deve ser considerado como tal, pois o art. 14 da Lei nº 6.368/76 foi revogado pelo art. 8º da Lei nº 8.072/ 90 (crimes hediondos).

II – não houve tal revogação, devendo ser apenado com o mínimo de três e o máximo de dez anos de reclusão, tal como previsto na Lei nº 6.368/76.

III – continua definido pela Lei nº 6.368/76 (associação de duas ou mais pessoas), mas deve ser punido com as penas do art. 288 do Código Penal, com a redação da Lei nº 8.072/90: três a seis anos de reclusão.

IV – passou a ser regido pelo art. 288 do Código Penal (associação de mais de três pessoas), mas punido com as penas do art. 14 da Lei de Tóxicos.

a) somente a II e a IV opções estão corretas.

b) somente a II opção está correta.

c) somente a III opção está correta.

d) somente I e a IV opções estão corretas.

7. Dispõe o § 1º do art. 110 do Código Penal que “A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação, ou depois de improvido o seu recurso, regula-se pela pena aplicada”, acrescentando o § 2º que “A prescrição, de que trata o parágrafo anterior, pode ter por termo inicial data anterior à do recebimento da denúncia ou da queixa”:

I – firmada a hipótese, pode o juiz, para reconhecer a prescrição, somar o tempo que vai do fato à data do recebimento da denúncia e desta data à da publicação da sentença.

II – pode levar em consideração qualquer um dos dois períodos de tempo, se individualmente apto à configuração da prescrição, porém não pode somá-los.

III – reconhecida a prescrição em tal situação jurídica, opera ela sobre a pretensão executória, pois já houve sentença condenatória.

IV – os dois §§, vistos em conjunto, cuidam da chamada prescrição retroativa, que opera sobre a pretensão punitiva do Estado.

a) somente a II e a III opções estão corretas.

b) todas as opções estão incorretas.

c) somente a II e a IV opções estão corretas.

d) somente a II e a III opções estão corretas.

8 – Levando em conta as asserções abaixo, assinale a alternativa correta:

I – nos crimes de abuso de autoridade, tipificados na Lei nº 4.898, de 09/12/1965, a prescrição é regida pelo Código Penal e ocorre em dois anos.

II – nos crimes de imprensa (Lei nº 5.250, de 09/02/1967), a prescrição da ação penal se dá em dois anos, contados da data da publicação ou da transmissão incriminada.

III – pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a sentença concessiva do perdão judicial é declaratória da extinção da punibilidade, não subsistindo nenhum efeito condenatório.

IV – o Plenário do STF declarou a inconstitucionalidade do § 1º do art. 2º da Lei nº 8.072/90 (“A pena por crime previsto neste artigo será cumprida integralmente em regime fechado.”), que dispõe sobre os crimes hediondos.

- a) todas as opções estão incorretas.
- b) somente a II opção está incorreta.
- c) somente a III e a IV opções estão corretas.
- d) somente a IV opção está incorreta.

9. “A representação fiscal para fins penais relativa aos crimes contra a ordem tributária definidos nos arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, será encaminhada ao Ministério Público após proferida a decisão final, na esfera administrativa, sobre a exigência fiscal do crédito tributário correspondente” (art. 83, caput – Lei nº 9.430/96). Tendo em conta esse preceito legal, julgue as asserções abaixo e assinale a alternativa correta:

I – cuida-se de preceito inconstitucional, porque limita a independência funcional do Ministério Público (CF – art. 127), pois condiciona a sua atuação, em matéria criminal, a uma representação fiscal.

II – o preceito não é inconstitucional, porque, dirigido que é à autoridade fazendária, não impede a atuação do Ministério Público no tocante à propositura da ação penal.

III – nos crimes do art. 1º da Lei nº 8.137/90 – materiais ou de resultado –, a decisão definitiva do processo administrativo consubstancia uma condição objetiva de punibilidade.

IV – é pública e incondicionada a ação penal por crime de sonegação fiscal.

- a) somente a I e a IV opções estão corretas.
- b) somente a II e a IV opções estão corretas.
- c) somente a I opção está incorreta.
- d) nenhuma das opções anteriores.

10. Analise as asserções abaixo e assinale a alternativa que julgar correta:

I – “Extingue-se a punibilidade dos crimes definidos na Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e na Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965, quando o agente promover o pagamento do tributo ou contribuição social, inclusive acessórios, antes do recebimento da denúncia” (Lei nº 9.249/95 – art.34). Em face desse preceito legal, a obtenção do parcelamento do débito fiscal pela empresa devedora extingue a punibilidade em relação aos seus dirigentes processados criminalmente por sonegação fiscal.

II – a inclusão da empresa relacionada com o agente no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, de que trata a Lei nº 10.684/03, antes do recebimento da denúncia, suspende a pretensão punitiva do Estado referente aos crimes previstos nos arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137/90.

III – a inclusão da empresa relacionada com o agente no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, de que trata a Lei nº 10.684/03, suspende a pretensão punitiva do Estado e o curso da prescrição, pelo tempo correspondente, referente aos crimes previstos nos arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137/90 e no art. 168 -A do Código Penal.

IV – extingue-se a punibilidade dos crimes referidos no item III quando a pessoa jurídica relacionada com o agente efetuar o pagamento integral dos débitos oriundos de tributos e contribuições sociais, inclusive acessórios, mesmo que isso ocorra depois do recebimento da denúncia.

- a) somente a III opção está correta.
- b) somente a IV opção está correta.
- c) somente a opção I está correta.
- d) somente a III e a IV opções estão corretas.

11. Na ação penal proposta contra um índio, por ter matado outro índio, dentro das terras da respectiva aldeia:

I – a competência para o processo e julgamento é da Justiça Federal, em face do evidente interesse da Fundação Nacional do Índio – FUNAI (uma autarquia federal), como órgão tutelar dos indígenas.

II – a competência é da Justiça Federal, não pela razão mencionada no item I, e sim porque à Justiça Federal, por preceito constitucional (art. 109, XI), incumbe processar e julgar “a disputa sobre direitos indígenas”.

III – a competência é da Justiça Estadual, pois a tutela que a Constituição Federal (art. 231) e a lei (Lei nº 6.001/73 – arts. 7º e 8º) reserva à União, em relação aos indígenas, é de natureza civil e não criminal.

IV – a jurisprudência sumulada do STJ, no particular, afirma que compete à Justiça Estadual processar e julgar crime em que o indígena figure como autor ou vítima.

- a) somente a opção I está correta.
- b) somente a opção II está correta.
- c) somente as opções III e IV estão corretas.
- d) somente a opção III está correta.

12. Em face das proposições a seguir, em matéria de prisão processual, assinale a resposta correta:

I – a prisão administrativa, prevista no art. 319 – CPP, decretada por autoridade administrativa, não foi recepcionada pela Constituição de 1988.

II – a prisão em flagrante não deve subsistir nos casos de exclusão de ilicitude, tampouco quando não conviver com alguma hipótese que autorize a prisão preventiva.

III – a prisão temporária, em todos os casos legais, somente pode ser decretada por cinco dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

IV – a prisão em virtude de sentença condenatória recorrível (art. 393, I – CPP) não deve ser decretada se o acusado for primário e de bons antecedentes, assim reconhecido na sentença condenatória (art. 594 – CPP).

- a) somente a I e a III opções estão corretas.
- b) todas as opções estão corretas.
- c) somente a III opção está incorreta.

d) somente a II e a IV opções estão corretas.

13. A decisão que julga o pedido de restituição de coisa apreendida (art.120, § 1º - CPP), ou que ordena (ou não) o seqüestro (art.127 – CPP):

I – comporta recurso em sentido estrito.

II – comporta apelação supletiva.

III – não comporta nenhum recurso.

IV – comporta correição parcial.

a) somente a opção II está correta.

b) somente a opção III está correta.

c) somente a opção I está correta.

d) somente a opção IV está correta.

14. Ainda em matéria recursal criminal, avalie as seguintes proposições e assinale a resposta correta:

I – na sentença que concede *habeas corpus*, na de absolvição sumária (art. 411 – CPP) e na decisão que indefere reabilitação, o juiz deve recorrer de ofício.

II – a decisão que defere a reabilitação comporta apelação supletiva (art. 593, II – CPP).

III – o recurso em sentido estrito (recurso criminal) comporta também os efeitos extensivo e regressivo.

IV – se o réu condenado fugir depois de haver apelado, será declarada deserta a apelação.

a) todas as opções estão corretas.

b) somente a III e a IV opções estão corretas.

c) todas as opções estão incorretas.

d) somente a I e a III opções estão corretas.

15. No que concerne à intimação da sentença condenatória, julgue as proposições seguintes e assinale a resposta certa:

I – a intimação do defensor constituído, na sentença condenatória, pode ser feita pela imprensa, segundo o permissivo do art. 370, §1º do CPP: “A intimação do defensor constituído, do advogado do querelante e do assistente far-se-á por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca, incluindo, sob pena de nulidade, o nome do acusado.”

II – a simples publicação da sentença condenatória na imprensa oficial não supre a intimação pessoal do defensor do réu.

III – a intimação da sentença condenatória tem regra legal específica, segundo a qual a intimação deverá ser feita ao réu pessoalmente e ao defensor por ele constituído.

IV – a intimação do réu revel sem defensor constituído deve ser feita por edital, sem necessidade de nova tentativa de intimá-lo no endereço constantes dos autos.

- a) somente a IV opção está correta.
- b) somente a I e a III opções estão corretas.
- c) somente a II e a III opções estão corretas.
- d) somente a I e a IV opções estão corretas.

16. “O processo e o julgamento do crime de tráfico com o exterior caberão à justiça estadual com interveniência do Ministério Público respectivo, se o lugar em que tiver sido praticado for município que não seja sede de vara da Justiça Federal, com recurso para o Tribunal Federal de Recursos” (art. 27 – Lei nº 6.368/76 – sic).

I – firmada a hipótese, a jurisdição prestada pelo juiz estadual não é de natureza federal.

II – a jurisdição prestada pelo juiz estadual é também federal, por delegação, e a sua competência territorial é relativa.

III – o preceito é inconstitucional, tendo em vista que a competência dos juízes federais encontra-se enumerada pela Constituição (art. 109), não podendo ser ampliada pela lei ordinária.

IV – eventual conflito de competência entre o juiz estadual e o juiz federal, na matéria, deve ser dirimido pelo STJ (CF – art. 105, I, “d”).

- a) nenhuma das opções está correta.
- b) somente a I e a IV opções estão corretas.
- c) somente a II opção está correta.
- d) somente a III opção está correta.

17. No tocante aos Juizados Especiais Federais Criminais, instituídos pela Lei nº 10.259, de 12/07/2001, avalie as proposições a seguir a opte pela resposta correta:

I – considera-se infração de menor potencial ofensivo os crimes a que a lei comina pena máxima não superior a dois anos, ou multa.

II – nessas infrações, em nenhuma hipótese impor-se-á a prisão em flagrante ao autor do fato.

III – a transação penal acolhida pelo juiz não pode ser levada em conta para fins de reincidência, mas pode gerar maus antecedentes.

IV – se houver descumprimento da pena restritiva de direitos imposta em razão de transação penal, será ela convertida em pena privativa de liberdade.

- a) somente a opção I está correta.
- b) somente a I e a II opções estão corretas.
- c) somente a I e a III opções estão corretas.
- d) somente a IV opção está incorreta.

18. Considerando as afirmativas abaixo, indique a alternativa correta:

I – expirado o prazo marcado para o cumprimento da carta rogatória, poderá realizar-se o julgamento, mas, a todo tempo, uma vez devolvida, será junta aos autos do processo.

II – Intimada a defesa da expedição da carta precatória, torna-se desnecessária a intimação da data da audiência no juízo deprecado.

III – a prolação da sentença não exaure a possibilidade de alegação de inépcia da denúncia.

IV – reunidos os processos por conexão ou continência, se o juiz federal proferir sentença absolutória em relação ao crime da sua competência, deverá remeter os autos ao juízo estadual em relação às demais infrações.

a) somente a III e a IV opções estão corretas.

b) somente a II opção está correta.

c) somente a I e a II opções corretas.

d) todas as opções estão corretas.

19. Analise as proposições abaixo e assinale a resposta que entender correta:

I – o juiz poderá dar ao fato definição jurídica diversa da que constar da queixa ou da denúncia, ainda que, em consequência, tenha que aplicar pena mais grave.

II – a mesma regra pode ser aplicada quando a redefinição, motivada por prova, existente nos autos, de circunstância elementar não contida explícita ou implicitamente na denúncia ou na queixa, implicar a aplicação de pena idêntica à prevista na classificação inicial.

III – se, na nova definição, nos moldes do item II, tiver o juiz que aplicar pena mais grave, incumbe-lhe reabrir a instrução, a fim de que a defesa, em oito dias, se manifeste e possa, querendo, produzir provas, inclusive testemunhal.

IV – a mudança do libelo (mutatio libelli) não se aplica à segunda instância.

a) todas as opções estão incorretas.

b) somente a I e a IV opções estão corretas.

c) somente a IV opção está correta.

d) todas as opções estão corretas.

20. Analise as proposições abaixo e assinale a resposta que entender correta:

I – o art. 84, § 1º do CPP (“A competência especial por prerrogativa da função, relativa a atos administrativos do agente, prevalece ainda que o inquérito ou a ação sejam iniciados após a cessação do exercício da função pública”) restabeleceu integralmente a Súmula 394 – STF: “Cometido o crime durante o exercício funcional, prevalece a competência especial por prerrogativa da função ainda que o inquérito ou a ação penal se iniciados após a cessação daquele exercício.”

II – a exceção da verdade, nos crimes contra a honra, somente pode ser oposta no prazo de defesa prévia.

III – os embargos de declaração, na sentença penal, devem ser manejados no prazo de dois dias.

IV – indício, como prova indireta, é a circunstância conhecida e provada, que, tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias.

- a) somente a I e a II opções estão corretas.
- b) todas as opções estão corretas.
- c) somente a I e a II opções estão incorretas.
- d) somente a I e IV opções estão corretas.

21. A República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais adota como princípio:

- a) a precedência dos Estados latino-americanos.
- b) a igualdade dos Estados sul-americanos desde que limítrofes com o território nacional brasileiro.
- c) a igualdade entre os Estados.
- d) a igualdade paulatina de todos os Estados sul-americanos à medida em que seus povos se integrem no Mercosul.

22. Assinale a única opção correta:

- a) O mar territorial é bem público da União sobre o qual se estende a soberania do Brasil.
- b) Os mares (golfos, baías, enseadas) são bens públicos dominicais.
- c) O mar territorial é bem público de uso comum do povo.
- d) Os mares interiores são bens públicos de uso especial, nos termos da lei.

23. A aeronave é considerada da nacionalidade:

- a) dos seus proprietários (pessoa física).
- b) relativa ao País a que pertencer o solo onde estiver pousado.
- c) dos pilotos que a têm sob a sua responsabilidade.
- d) do Estado em que esteja matriculada.

24. O asilado que desejar sair do País e nele reingressar sem renúncia à sua condição deverá obter autorização prévia:

- a) do Presidente da República ou da autoridade a quem o Presidente delegou sua competência.
- b) do juiz federal da Seção Judiciária onde estiver o asilado.
- c) do Ministério da Justiça.
- d) do Ministério das Relações Exteriores.

25. Relações do Direito Interno com Direito Internacional.

- a) A teoria monista sustenta o primado do direito interno.
- b) A teoria dualista sustenta a existência de um direito supranacional.
- c) A teoria monista considera os dois direitos como dois ramos de um único sistema com o primado do direito interno.
- d) Na teoria monista discute-se a questão do primado do Direito Interno ou do Direito Internacional.

26. A lei revogada:

- a) não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência, salvo disposição em contrário.
- b) é restaurada se a lei revogadora perder a vigência.
- c) não se restaura, sendo defeso ao Congresso submetê-la à apreciação do Presidente da República para sanção.
- d) é restaurada se a lei revogadora não sendo a Constituição vier a perder a vigência.

27. A deportação de estrangeiro far-se-á:

- a) para qualquer País com que o Brasil tenha fronteira terrestre.
- b) para o País onde ele tenha condições de fixar residência.
- c) para o País da sua nacionalidade ou de procedência, ou para outro que consinta recebê-lo.
- d) para o País com quem o Brasil mantém reciprocidade quanto a refugiados.

28. Ao conjunto de normas legislativas, que se distinguem das não-constitucionais em razão de serem produzidas por um processo legislativo mais dificultoso, mais árduo e mais solene, designa-se:

- a) Constituição em sentido amplo.
- b) Constituição em sentido material.
- c) Constituição em sentido formal.
- d) Constituição em sentido estrito.

29. O poder constituinte derivado:

- a) só encontra limites nas chamadas cláusulas pétreas.
- b) encontra limites formais e materiais.
- c) tem como principal limite material que conte com a iniciativa de um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- d) pode ser exercido, diante de necessidade extrema, até na vigência do estado de defesa

30. A figura do amicus curiae é admitida:

- a) no controle difuso de constitucionalidade.
- b) no controle concentrado.
- c) apenas em hipótese omissiva de constitucionalidade.
- d) perante qualquer Tribunal, desde que se discuta constitucionalidade.

31. Diz-se Constituição inorgânica:

- a) a chamada Constituição municipal.
- b) a Constituição nominal.
- c) a Constituição costumeira ou não escrita.

d) a Constituição dispersa.

32. Independência nacional, prevalência dos direitos humanos, repúdio ao terrorismo e ao racismo, dentre outros, constituem:

- a) valores supremos do Estado democrático de direito.
- b) fundamentos da República Federativa do Brasil.
- c) princípios de regência do Brasil, em suas relações externas.
- d) valores políticos do Estado brasileiro.

33. Nenhum brasileiro será extraditado, salvo:

- a) se praticou crime de racismo.
- b) se envolvido em tráfico ilícito de entorpecentes, mesmo quando brasileiro nato.
- c) se praticou crime dito hediondo.
- d) o naturalizado, em caso de crime praticado antes da naturalização.

34. Pode propor mandado de segurança coletivo:

- a) qualquer partido político.
- b) organização sindical, desde que de empregados, qualquer que seja a pretensão.
- c) partido político que conte com filiados em, pelo menos, cinco unidades federativas.
- d) associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, um ano em defesa de seus associados.

35. As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais:

- a) são normas ditas programáticas.
- b) têm aplicação imediata.
- c) são normas de eficácia contida
- d) dependem, conforme o caso, de regulamentação.

36. São privativos de brasileiro nato os cargos:

- a) de Presidente, Vice-Presidente da República e Ministros de Estado.
- b) de Membros da mesa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- c) de Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.
- d) da carreira diplomática e de Ministro de Estado da Defesa.

37. Compete, privativamente, à União, legislar, dentre outras matérias, sobre: direito civil, comercial, do trabalho, serviço postal, jazidas, minas e outros recursos minerais, diretrizes e bases da educação nacional:

- a) por se tratar de competência privativa, exclui qualquer participação da legislação estadual e do Distrito Federal.
- b) lei complementar pode autorizar que os Estados legislem sobre questões específicas referentes às matérias de competência privativa da União legislar.
- c) lei complementar poderia autorizar que os Estados legislem também, só que em matéria que seja de competência comum.
- d) lei complementar poderá autorizar que os Estados legislem sobre as matérias de competência privativa da União, salvo com respeito a desapropriação.

38. O Distrito Federal rege-se:

- a) pela Constituição que adotar.
- b) por lei orgânica federal.
- c) por lei orgânica aprovada por sua Câmara Legislativa.
- d) por lei fundamental aprovada pelo Congresso Nacional.

39. Podem propor ação de inconstitucionalidade, dentre outros:

- a) o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União.
- b) o Presidente do Senado.
- c) o Presidente de Assembléia Legislativa.
- d) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

40. Compete processar e julgar as causas entre Estado estrangeiro e Município:

- a) ao Supremo Tribunal Federal.
- b) ao Superior Tribunal de Justiça.
- c) aos Juízes Federais
- d) aos Tribunais Regionais Federais.

41. Costuma-se indicar o sítio histórico do advento do direito administrativo, como ramo autônomo, entre:

- a) o fim do século XIX e o início do século XX.
- b) o fim da idade média e o início dos tempos modernos.
- c) o fim do século XVIII e o início do século XIX.
- d) a Carta Magna (1215) e o fim do século XV.

42. Empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas constituem:

- a) administração autárquica.
- b) órgãos relativamente autônomos.
- c) administração indireta.

d) administração delegada.

43. Ao controle da administração sobre seus próprios atos denomina-se:

- a) tutela.
- b) autoexecutoriedade.
- c) vinculação.
- d) autotutela.

44. A Emenda Constitucional nº 19, de 4.6.98, inseriu, dentre os princípios constitucionais da administração pública, o da:

- a) moralidade.
- b) eficiência.
- c) razoabilidade.
- d) impessoalidade.

45. Discricionariedade, coercitividade e auto-executoriedade podem ser apontadas como:

- a) elementos do ato administrativo em geral.
- b) pré-requisitos dos atos vinculados.
- c) atributos do poder de polícia.
- d) pré-condições dos atos discricionários.

46. Ao pressuposto de fato e de direito que serve de fundamento ao ato administrativo, denomina-se:

- a) finalidade.
- b) motivo.
- c) forma.
- d) condição.

47. Ao processo pelo qual um bem público de uso comum transforma-se em bem dominical, chama-se:

- a) desafetação.
- b) tombamento.
- c) tredestinação.
- d) desapropriação.

48. É inexigível a licitação:

- a) em casos de guerra ou grave perturbação da ordem.

- b) para aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor exclusivo.
- c) nos casos de calamidade pública.
- d) nos casos de licitação deserta.

49. O meio ambiente, ecologicamente equilibrado, é:

- a) um bem de uso especial.
- b) um bem de domínio útil.
- c) um bem de uso comum do povo.
- d) um bem dominical.

50. Ao Poder Judiciário é dado:

- a) controlar o ato discricionário quanto aos aspectos de competência, forma e finalidade.
- b) revogar o ato administrativo.
- c) apreciar, em face de prioridades, a conveniência e a oportunidade do ato administrativo.
- d) apreciar apenas os atos vinculados.

51. A absolvição criminal de servidor público:

- a) repercute sempre na esfera administrativa.
- b) só repercute quando o servidor for absolvido por inexistência do fato ou de negativa de sua autoria.
- c) repercute, também, na esfera administrativa, quando a absolvição der-se por falta de prova.
- d) quando extinta a pretensão punitiva do Estado em matéria penal.

52. As agências reguladoras são:

- a) agências executivas.
- b) empresas estatais.
- c) concessionárias de serviço público.
- d) autarquias de regime especial.

53. Assinale a resposta certa:

- a) As pessoas jurídicas de direito público, a que se tenha dado estrutura de direito privado, regem-se no que couber, quanto ao seu funcionamento, pelas normas do Código Civil.
- b) Na hipótese a não se regem pelo Código Civil.
- c) Na hipótese a regem-se pela Constituição Federal.
- d) Nenhuma das hipóteses acima.

54. Assinale a resposta certa:

- a) As associações são constituídas para fins empresariais.
- b) As associações são constituídas pela união de pessoas para fins não econômicos.
- c) As associações são constituídas para fins mercantis.
- d) Nenhuma das hipóteses acima.

55. Assinale a resposta certa:

- a) Considera-se domicílio da pessoa natural, quanto à profissão, o lugar onde esta é exercida.
- b) Na hipótese a o lugar eleito pela pessoa.
- c) Na hipótese a o lugar da inscrição em órgão de classe.
- d) Nenhuma das hipóteses acima.

56. Assinale a resposta certa:

- a) Os bens públicos dominicais não podem ser alienados a particulares.
- b) Os bens públicos dominicais não podem ser alienados.
- c) Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.
- d) Nenhuma das hipóteses acima.

57. A pretensão de reparação civil prescreve em:

- a) dez anos.
- b) cinco anos.
- c) três anos.
- d) Nenhuma das hipóteses acima.

58. Assinale a resposta certa:

- a) No pagamento em prestações periódicas, a quitação da última prestação prova o pagamento das anteriores.
- b) Na hipótese a, prova, até prova em contrário.
- c) Na hipótese a prova somente com a declaração do credor.
- d) Nenhuma das hipóteses acima.

59. Nas obrigações prevenientes do ato ilícito, considera-se o devedor em mora:

- a) desde que praticou o ato.
- b) desde a sentença.
- c) desde o trânsito em julgado da sentença.
- d) Nenhuma das hipóteses acima

60. O Juiz pode reduzir a indenização:

- a) por analogia.
- b) por vontade própria.
- c) houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano.
- d) Nenhuma das hipóteses acima.

61. A omissão de qualquer requisito legal, que tire ao escrito a sua validade como título de crédito:

- a) não implica a inviabilidade do negócio jurídico que lhe deu origem.
- b) implica a inviabilidade do negócio jurídico que lhe deu origem.
- c) depende da manifestação judicial.
- d) Nenhuma das hipóteses acima.

62. Considera-se empresário:

- a) quem está inscrito em associação empresarial.
- b) quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção.
- c) quem não exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção.
- d) Nenhuma das hipóteses acima.

63. As sociedades adquirem personalidade jurídica:

- a) com a celebração dos atos constitutivos.
- b) com a aprovação governamental dos atos constitutivos.
- c) com a inscrição dos atos constitutivos no registro próprio.
- d) Nenhuma das hipóteses acima.

64. Liquidação e dissolução das entidades financeiras regem-se por:

- a) Lei 6024.
- b) Lei de Mercado de Capitais.
- c) Código Civil.
- d) Código Comercial.

65. Há colusão entre as partes:

- a) autor e réu praticam ato simulado.
- b) autor pratica ato simulado.
- c) autor e réu são condenados.
- d) Nenhuma das hipóteses acima.

66. A sucumbência impõe:

- a) condenação do vencido ao pagamento de honorários advocatícios.
- b) condenação do vencido ao pagamento de perdas e danos.
- c) condenação do vencido em multa.
- d) Nenhuma das hipóteses acima.

67. Para celebração de acordo o advogado necessita:

- a) de poderes da cláusula **ad judicium**.
- b) de poderes gerais.
- c) de poderes genéricos.
- d) Nenhuma das hipóteses acima.

68. Trata-se de assistência litisconsorcial:

- a) a sentença pode influir na relação entre o assistente e o adversário do assistido.

- b) litisconsórcio com assistência.
- c) sentença com influência no litisconsórcio.
- d) Nenhuma das hipóteses acima.

69. X, domiciliado em Brasília, teve seu carro abalroado no Rio de Janeiro. A ação de indenização pode ser proposta:

- a) em Brasília.
- b) no Rio de Janeiro.
- c) à escolha de X (Brasília ou Rio de Janeiro).
- d) Nenhuma das hipóteses acima.

70. No decorrer de uma demanda foi proposta uma ação declaratória incidental. A quem compete seu julgamento?

- a) ao Juiz da causa principal.
- b) por distribuição, a qualquer Juiz.
- c) ao Juiz da causa já julgada.
- d) Nenhuma das hipóteses acima.

71. A prática de um ato determinado pelo Tribunal Regional Federal ao Juiz Federal faz-me mediante:

- a) Carta precatória.
- b) Carta de ordem.
- c) Carta de vênias.
- d) Nenhuma das hipóteses acima.

72. Na execução fiscal, o devedor pode oferecer embargos, no prazo de:

- a) 15 dias.
- b) 20 dias.
- c) 30 dias.
- d) Nenhuma das hipóteses acima.

73. Quando duas ações têm em comum o objeto e a causa de pedir, ocorre:

- a) conexão.
- b) continência.
- c) prevenção.
- d) Nenhuma das hipóteses acima.

74. Não cabe mandado de segurança:

- a) ato de que caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independente de caução.
- b) Na hipótese a, sem efeito suspensivo.
- c) Na hipótese a, depende da anuidade.
- d) Nenhuma das hipóteses acima.

75. Distribuída uma ação popular, e proposta outra ação popular, sobre os mesmos fundamentos e as mesmas partes, o julgamento da segunda compete:

- a) a qualquer Juiz, por distribuição.
- b) ao Juiz da primeira ação.
- c) depende da organização judiciária.
- d) Nenhuma das hipóteses acima.

76. Uma ação civil pública pode ser proposta:

- a) pelo Ministério Público.
- b) pela Associação Comercial.
- c) Exceto a e b.
- d) Nenhuma das hipóteses acima.

77. Instituído o imposto, por lei:

- a) o contribuinte pode exigir do governo a contraprestação em serviços públicos pertinentes.
- b) o Estado não pode ser coagido à realização de serviços públicos, por desvinculado, o imposto, de qualquer atividade estatal específica.
- c) o contribuinte pode reter o pagamento por falta de cumprimento das obrigações estatais básicas, como segurança, conservação de estradas, saúde, educação etc.
- d) em qualquer hipótese, pode ser cobrado no exercício financeiro em que publicada a lei.

78. As contribuições sociais de intervenção no domínio econômico:

- a) podem ser instituídas pela União e pelos Estados.
- b) podem incidir sobre receitas decorrentes de exportação.
- c) são de competência exclusiva da União.
- d) não podem incidir sobre a importação de petróleo e seus derivados.

79. O empréstimo compulsório:

- a) só pode ser instituído por lei federal.
- b) só pode ser instituído pela União, mediante lei complementar.
- c) será instituído para atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência e no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
- d) **b e c** estão corretas.

80. Na hipótese de fusão, transformação ou incorporação de pessoa jurídica, a responsabilidade tributária da empresa primitiva, da qual surgiu uma nova:

- a) persiste em relação aos fatos ocorridos até a fusão, transformação ou incorporação.
- b) transfere-se à nova empresa, com exoneração da primitiva.
- c) persiste, inclusive, em relação aos fatos geradores ocorridos após a fusão ou transformação.
- d) transfere-se aos sócios.

81. Registrado na repartição municipal um projeto de obra de construção, enquanto não regularizada a situação perante os órgãos do INSS:

- a) pode ser negada a emissão de certidão negativa do INSS, por irregular a situação do proprietário.
- b) inexistindo crédito constituído, em carácter definitivo, não pode ser negada a certidão negativa só pelo fato de existir o registro das plantas e do projeto de obra na prefeitura.
- c) por desatendida norma de Ordem de Serviço do INSS, pode ser negada a certidão negativa.
- d) só pode ser emitida pelo INSS certidão positiva com efeitos de negativa de débito.

82. No entender do colendo Superior Tribunal de Justiça, o termo inicial do prazo de prescrição para se pleitear a compensação ou restituição de tributo sujeito a lançamento por homologação, na hipótese de declaração de inconstitucionalidade em controle difuso, é a data do(a):

- a) julgamento pelo Supremo Tribunal Federal.
- b) publicação do acórdão da Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- c) trânsito em julgado do acórdão.
- d) publicação da Resolução do Senado federal.

83. O procedimento revisional do lançamento tributário por arbitramento do lucro possui carácter:

- a) normal.
- b) excepcional, não sujeita à revisão judicial.
- c) excepcional, sujeita à revisão judicial, para exame da sua desnecessidade e excessividade.
- d) excepcional, sujeita à revisão judicial somente para verificação da sua necessidade.

84. A isenção tributária:

- a) está adstrita ao campo da discricionariedade do ato administrativo.
- b) depende sempre de condições a serem impostas pelo Decreto que regulamentar a lei.
- c) está sujeita ao princípio da reserva legal.
- d) submete-se ao critério da conveniência do administrador tributário.

85. No entender do egrégio Supremo Tribunal Federal, a elevação da alíquota do imposto, em um por cento, destinando-se receita de tal majoração à formação de fundo para financiamento de programa habitacional:

- a) é inconstitucional em virtude dessa vinculação de receita.
- b) só pode ser efetuada mediante lei complementar.
- c) pode ser efetuada mediante lei ordinária.
- d) só é possível via alteração do Código Tributário Nacional.

86. O parcelamento de débito, requerido sem que tenha havido qualquer ato de fiscalização ou sem que tenha sido iniciado procedimento administrativo:

- a) pode estar sujeito a multa punitiva.
- b) equipara-se a denúncia espontânea.

- c) poderá estar sujeito a multa punitiva, desde que a lei ordinária a preveja.
- d) não estará sujeito a multa moratória.

87. Cabe à Lei Complementar:

- a) estabelecer critérios especiais de tributação, para prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência da União, por lei ordinária, fixar normas de igual objetivo.
- b) dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- c) definir tratamento beneficiado e favorecido para as microempresas e para as de pequeno porte no caso da contribuição do PIS.
- d) As três proposições supra estão corretas.

88. Estando, em curso, concomitantemente, uma Ação Anulatória de Débito Fiscal inscrito a partir de Auto de Infração lavrado contra Empreendimentos Malvistas Ltda, em curso na 10ª Vara Federal, e uma execução fiscal contra a mesma empresa em virtude do referido Auto de Infração que foi distribuída à 8ª Vara Federal da mesma Seção Judiciária:

- a) devem ambos os feitos ser julgados pelo mesmo juízo, em virtude da conexão.
- b) só haverá conexão após recebimento e processamento dos Embargos à Execução que porventura vierem a ser ajuizados.
- c) mesmo com ajuizamento e processamento dos Embargos à Execução, cada feito poderá ser sentenciado pelo juiz da respectiva Vara Federal onde inicialmente distribuído.
- d) o ajuizamento da Ação Anulatória, antes da Ação da Execução Fiscal, inibe o processamento desta.

89. Paralisada a Ação de Execução Fiscal há mais de 5(cinco) anos:

- a) é possível extinguir o feito, decretando-se de ofício a prescrição intercorrente.
- b) só é possível reconhecer a prescrição de ofício a pedido do credor.
- c) inexistente prescrição a ser reconhecida.
- d) Todas as opções são falsas.

90. Iniciada a Ação de Execução Fiscal, é possível à empresa executada obter Certidão Negativa de Débito, desde que:

- a) tenham sido efetivamente penhorados bens suficientes garantindo o débito.
- b) tenham sido oferecidos bens à penhora, suficientes para garantir o débito.
- c) ainda não tenha sido citada a devedora.
- d) Todas as opções são falsas.

91. O salário-família, por previsão constitucional, é um direito dos:

- a) segurados, em geral, da previdência social.
- b) dos segurados de baixa renda, da previdência social.
- c) dependentes dos segurados de baixa renda, da previdência social.
- d) filhos dos segurados em geral, da previdência social.

92. Em virtude do princípio da preservação, em caráter permanente, do valor real do benefício previdenciário, o seu reajustamento será efetuado de acordo com:

- a) os índices de reajuste do salário mínimo.
- b) os índices de inflação que melhor traduzam a perda do poder aquisitivo da moeda, no período.
- c) os índices oficiais de inflação, adotados para tal fim, por lei própria.
- d) os maiores índices de inflação relativos ao período.

93. No entender do TRF – 1ª Região, é inconstitucional:

- a) a limitação do salário-de-benefício de aposentadoria ao patamar máximo do salário-de-contribuição na data do início do benefício.
- b) a limitação do salário-de-benefício, para qualquer fim, ao patamar máximo do salário-de-contribuição na data da sua concessão.
- c) o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para a concessão do benefício previdenciário.
- d) As proposições a e c são verdadeiras.

94. A comprovação do exercício de atividade rural, pode ser feita por meio de:

- a) prova exclusivamente testemunhal.
- b) declaração do sindicato dos trabalhadores rurais.
- c) declaração do sindicato dos trabalhadores rurais, homologada pelo Ministério Público, em qualquer tempo.
- d) comprovante de cadastro do INCRA, no caso de produtores em regime de economia familiar.

95. É assegurado o direito de aposentadoria ao segurado que se tenha filiado ao Regime Geral de Previdência Social até 16.12.1998 (data da publicação da Emenda Constitucional n. 20/98) que vier a contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de 35 (trinta e cinco) anos, se homem, e 30 (trinta) se mulher, e um período adicional de contribuição equivalente ao tempo em que, na data citada, faltaria para atingir o limite de tempo de 35 (trinta e cinco) ou 30 (trinta) anos, desde que venha a atender, cumulativamente, ao seguinte limite etário :

- a) 55 (cinquenta e cinco) anos, se homem, e 48 (quarenta e oito) anos, se mulher.
- b) 53 (cinquenta e três) anos, se homem, e 48 (quarenta e oito) anos, se mulher.
- c) 55 (cinquenta e cinco) anos, se homem, e 50 (cinquenta) anos, se mulher.
- d) 65 (sessenta e cinco) anos, se homem, e 60 (sessenta) anos, se mulher.

96. Nos precisos termos da lei, na redação hoje vigente, são dependentes do segurado do Regime Geral da Previdência Social, entre outros, desde que comprovada a dependência econômica:

- a) o enteado, o menor tutelado e o menor que, por determinação judicial, esteja sob sua guarda.
- b) a companheira que, sem ser casada, mantenha a união estável com o segurado.

